

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS ESPAÇOS POLÍTICOS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO 20 DE MARÇO (TRÊS LAGOAS/MS)

WOMEN'S PARTICIPATION ON POLITICAL SPACES OF SETTLEMENT PROJECT 20 DE MARÇO (TRÊS LAGOAS/MS)

Clariana Vilela Borzone ¹

Gabriela Nogueira de Medeiros ²

RESUMO: A presente pesquisa se propõe a investigar o protagonismo das mulheres assentadas no Projeto de Assentamento (PA) 20 de Março, localizado em Três Lagoas/MS, a partir da observação de sua participação política, compondo a maioria dos cargos da Associação dos Agricultores(as) Familiares do PA 20 de Março. A partir de referencial teórico-metodológico acerca do tema, foram feitas entrevistas para averiguar de forma quantitativa e comparativa a participação feminina nesses espaços, e seus desdobramentos na recriação da comunidade em questão.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo; Política; Geografia Agrária;

ABSTRACT: This research proposes to investigate the role of women based on the Settlement Project (SP) 20 de Março, located in Três Lagoas/MS, from the observation of their political participation, composing the majority of positions of the Association of Family Farmers of SP 20 de Março. Based on a theoretical and methodological reference on the subject, interviews were conducted to quantify and compare the female participation in these spaces, and their consequences in the re-creation of the community in question.

KEYWORDS: Feminism, Politics, Agrarian Geography;

¹Mestranda em Geografia na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus II de Três Lagoas, bolsista CAPES. Av. Ranulpho Marques Leal, 3484 – Laboratório de Estudos Territoriais (LABET). (67)3509-3786/ clarianavb@gmail.com

²Acadêmica do curso de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus II de Três Lagoas, bolsista CNPQ. Av. Ranulpho Marques Leal, 3484 – Laboratório de Estudos Territoriais (LABET). (67)3509-3786/ gabinm13@gmail.com

INTRODUÇÃO

As discussões feministas têm ganhado cada vez mais espaço, seja no âmbito acadêmico, seja através dos novos movimentos sociais, e se mostram cada vez mais imprescindíveis para explicar a organização social (SORJ, 1992). Em muitas sociedades, podemos encontrar, ao longo da história e ainda hoje, a desigualdade entre homens e mulheres, justificada como “natural” e necessária ao desenvolvimento humano. As teorias feministas surgem como desmistificadores de tal pensamento comum, denunciando padrões de opressão dos homens sobre as mulheres, e unindo as teorias que expliquem a origem de tais opressões às práticas diretas de luta por igualdades de gênero. Assim, muitos direitos foram conquistados e, apesar de ainda não vivermos em uma sociedade igualitária, seja em termos de gênero, classe, raça e/ou sexualidade, são inegáveis os avanços de tais pautas, e dos sujeitos que compõem os grupos ditos minoritários.

A partir da década de 1980, se destacam as colaborações do feminismo para a teoria política – embora, como consideram Biroli e Miguel (2014), toda teoria feminista tenha inegável caráter político – e a discussão entre os limites de público e privado centralizam essa compreensão. A entrada cada vez maior das mulheres no âmbito público tem permitido mudanças na estrutura familiar e na sociedade, embora ainda existam muitos resquícios da dominação masculina.

Nesse sentido, o universo camponês não se distancia dessa realidade. Na chamada agricultura familiar, cuja gestão da propriedade é compartilhada pela família, observa-se uma dicotomia: ao mesmo tempo em que há uma inclusão da mulher nas atividades produtivas, esse é o espaço onde também se evidencia facilmente a desigualdade de gênero, pois o homem continua ocupando posição privilegiada, sendo responsável pela tomada de decisões (SEVERO, 2016).

Entretanto, entende-se o campesinato como uma categoria específica, pois sua organização se dá em uma relação não-capitalista, pois essa classe, ao mesmo tempo em que é dona do meio de produção (a própria terra), é dona da força de trabalho (ALMEIDA, 2003), apesar de não escapar às contradições do desenvolvimento desigual do capital. A lógica camponesa vê a terra como modo de vida, trabalho e lar. Sendo assim, o trabalho feminino é tão importante quanto o masculino, e a tomada de decisões deveria se dar de forma horizontal.

Ademais, como observado nos trabalhos de campo, muitas vezes os homens, para garantirem a permanência na terra e a sua reprodução social, se veem obrigados a trabalhar assalariados. Nesse caso, percebe-se ainda mais a presença da mulher nos trabalhos ligados diretamente à produção e manutenção do lote, o que as obriga a ter uma maior participação na tomada de decisões e nos espaços políticos.

Isso posto, historicamente, as mulheres perceberam uma oportunidade de ultrapassar a esfera privada e adentrar nos espaços públicos. Soma-se a isso a pressão popular por alterações jurídicas que substancialmente modifiquem as relações de gênero no campo num sentido mais igualitário, que lentamente vem surtindo efeitos, como analisado no decorrer deste trabalho.

Assim, temos como discussão central do presente artigo o protagonismo feminino nos lugares da reprodução camponesa, buscando compreender a relação entre gênero, política, terra e poder, e como esses elementos se conectam, através da observação do protagonismo das mulheres na Associação dos Agricultores(as) Familiares do PA 20 de Março, localizado em Três Lagoas/MS.

MATERIAIS E MÉTODOS

Ferré (2004) aponta as dificuldades e limites das pesquisas quantitativas para a abordagem geográfica de estudos de gênero, reforçando a importância de utilizá-las juntamente com estudos qualitativos. Em diversos estudos, podemos encontrar pesquisas de metodologia mista, destacando a importância da subjetividade para captar elementos que, em geral, invisibilizam o lugar das mulheres no mundo, como, por exemplo, a desconsideração do trabalho doméstico em pesquisas quantitativas de trabalho. Portanto, a autora destaca a necessidade de embasar a metodologia de estudos de gênero na discussão do feminismo, abordando seus conceitos, sendo impossível compreender os dados sem compreender os mecanismos pelos quais eles são extraídos e considerados. Dessa maneira, a metodologia da presente pesquisa buscou respeitar tais ponderações.

A pesquisa partiu de observações comuns acerca da participação política e das atividades atribuídas às mulheres no PA 20 de Março. Teve início no Laboratório de Estudos Territoriais (LABET) do Campus II de Três Lagoas da Universidade

Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), cujos professores responsáveis atuam diretamente nessa comunidade, e em outras comunidades rurais da região, por meio de projetos de extensão e pesquisa. Assim, percebeu-se a grande presença de mulheres, particularmente nos seguintes projetos, denominados: “Feira de produtos em Transição Agroecológica da agricultura camponesa em Três Lagoas-MS (2016)” e “Dinamizando a agricultura familiar e o consumo agroecológico em Três Lagoas-MS (2015)”. Ambos são projetos de extensão sob a coordenação da Prof^a Dr^a Rosemeire Aparecida de Almeida.

Dessa forma, surgiu o interesse em investigar com mais profundidade essa participação, partindo de uma metodologia que se dispôs via quatro abordagens: num primeiro momento, foi elaborado um mapa a fim de espacializar e localizar o assentamento em questão.

A segunda abordagem privilegia a construção do referencial teórico-metodológico por meio de levantamento de bibliografia relacionada à temática em estudo, o que permitiu a compreensão dos papéis e da flexibilidade de funções dessas mulheres camponesas, símbolos de força e resiliência no campo.

Posteriormente, foram feitas pesquisas em dados do INCRA a fim de levantar como é a titularidade da terra na área delimitada, e quantas mulheres a possuem. Por fim, foram feitas e gravadas entrevistas com seis mulheres assentadas no PA 20 de Março que participaram ativamente de diferentes gestões da Associação, a fim de averiguar de forma quantitativa e comparativa a sua presença e atuação nos espaços políticos, possibilitando compreender a predominância da participação feminina e seus desdobramentos na articulação e recriação da comunidade em questão.

As entrevistas incluíram também questões referentes ao âmbito familiar, ou seja, às relações de gênero dentro do próprio núcleo familiar, e às dificuldades estruturais que determinam as múltiplas funções exercidas pela mulher, camponesa ou não. O questionário compreendeu as seguintes perguntas:

- De qual gestão da Associação você participou?
- Qual era o seu cargo?
- O que a levou a participar da Associação?

- Como você vê a presença feminina no Assentamento?
- Como era a participação e voz das mulheres durante sua gestão?
- Qual sua idade e escolaridade?
- Qual seu estado civil?
- Quanto ao lote, como é a divisão de tarefas entre você e seu companheiro, se tiver? E quanto às tarefas domésticas?

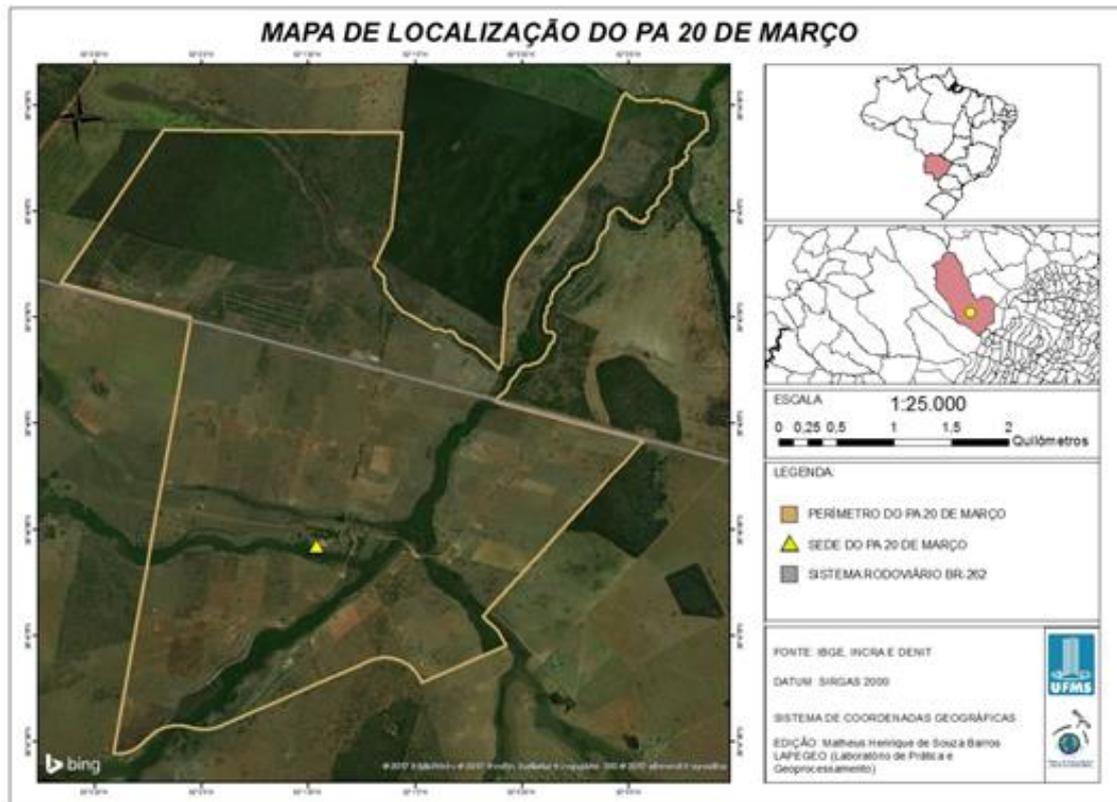
Por fim, os dados foram analisados e os áudios foram transcritos com o objetivo de serem sistematizados por meio de tabelas e gráficos que facilitem a visualização das questões de gênero levantadas durante a pesquisa, a fim de que as questões que impulsionaram o trabalho pudessem ser, finalmente, confirmadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O PA 20 de Março, de nome referente à data da conquista da terra, foi criado no ano de 2008, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), tendo sua imissão de posse a partir de 2009. Está localizado no município de Três Lagoas/MS, próximo ao distrito de Arapuá, a cerca de 50 quilômetros da cidade, como mostra a Figura 1. Sua área total é de 1.490,3583 alqueires, divididos entre as 69 famílias residentes.

O processo de formação do PA 20 de Março iniciou-se seis anos antes da imissão de posse, a partir da formação de um acampamento denominado “Moeda” em 2003, que, como o nome sugere, estava localizado próximo ao Córrego do Moeda, na BR 158, ocupado por um total de 362 famílias. Em 2006, após três anos acampados na BR 158, parte das famílias acampadas se deslocou para o Córrego do Pinto, estabelecendo-se até 2008, se deslocando novamente, dessa vez rumo à antiga Fazenda Arapuá, que tinha sido desapropriada recentemente, resultando, assim, na criação do Projeto de Assentamento 20 de Março.

Figura 1 - Mapa de Localização do PA 20 de Março



Deste modo, agora com a posse, assentados e assentadas travam uma nova luta tão árdua quanto a anterior: a de permanecer na terra conquistada. Dentre as inúmeras dificuldades que enfrentaram e enfrentam ao longo dos últimos anos, vale ressaltar a demora na instalação de energia elétrica, fato que só ocorreu há menos de dois anos, e também a demora de cerca de um ano e meio para obterem acesso à água.

Devido à falta de liberação do crédito e do financiamento público, muitos camponeses, principalmente homens, encontram como alternativa para se manter na terra a venda de sua mão de obra para as empresas do ramo de celulose, instaladas em Três Lagoas e região, o que resulta no processo de proletarianização do camponês.

Os processos contraditórios são simultâneos no campo brasileiro. Ao mesmo tempo, a agricultura capitalista e seus derivados territorializam-se e proletarianizam o campesinato; de outro lado,

aumentam as relações camponesas de produção. Assim, coexistem simultaneamente dois processos antagônicos, mas complementares dialeticamente, como totalidade das relações estabelecidas sob o capitalismo globalizado no campo (OLIVEIRA, 2003, *apud* NARDOQUE, 2016, p. 257).

Historicamente, as mulheres foram limitadas ao espaço doméstico, sendo exclusivamente criadas para as tarefas ditas “reprodutivas”, que envolvem os cuidados da casa e da família e não produzem, diretamente, ganhos monetários, opondo-se às tarefas “produtivas”, que são remuneradas e, portanto, valorizadas na lógica capitalista. Sendo assim, o trabalho feminino torna-se ainda mais desvalorizado e invisibilizado conforme o capitalismo se estrutura. Os homens, por sua vez, tornam-se nitidamente os responsáveis pelo trabalho “produtivo”, destacando-se na hierarquia familiar com o único trabalho visibilizado (SEVERO, 2016).

Nas atividades do campo, portanto, a tendência da proletarianização dos camponeses é maior entre os homens, haja vista que eles são historicamente responsáveis pelos ganhos financeiros da família. Na presente pesquisa, percebeu-se que nas famílias em que isso ocorre, há uma tendência da manutenção desse padrão herdado do sistema patriarcal, e os homens que trabalham fora não contribuem nas tarefas reprodutivas. Em contrapartida, nas famílias onde o casal se dedica exclusivamente à agricultura familiar em seu próprio lote, os relatos demonstraram uma divisão de tarefas mais igualitária. Das seis mulheres entrevistadas, as duas que declararam não haver colaboração dos homens nas tarefas domésticas são justamente aquelas cujos maridos trabalham como assalariados, fora do assentamento.

Quando questionada acerca da divisão de tarefas domésticas em sua casa, a Assentada 1, cujo marido trabalha em uma dessas empresas, declarou que quem se encarrega desses afazeres são as mulheres:

Eu e minha filha, e na casa da minha mãe é minha mãe, né. Meu pai às vezes dá uma ajudinha... agora lá em casa tem guerra, muita guerra. Por isso eu já nem peço, você não pode fazer então tá bom, deixa que eu faço. Só não pode me cobrar se não tiver pronto na hora. (Entrevista concedida pela Assentada 1. [maio, 2017]. Entrevistadora: Clariana Vilela Borzone. Três Lagoas, 2017)

Sobre o mesmo assunto, a Assentada 2, cujo marido se encontra na mesma situação da Assentada 1, revelou:

É só mais eu, na verdade, que ela [a nora, que também mora no lote] tá começando agora, tô ensinando como é que faz (...). E meu marido só trabalha fora. Até quando ele tá de folga, é muito difícil a gente chamar ele pra ajudar, porque ele já trabalha direitão né, aí quando ele tá em casa a gente prefere deixar ele mais quieto. (Entrevista concedida pela Assentada 2. [maio, 2017]. Entrevistadora: Clariana Vilela Borzone. Três Lagoas, 2017)

Por outro lado, as outras quatro assentadas, cujos maridos trabalham apenas nos lotes, relataram grande parceria nas atividades, em que o casal realiza todas as funções sem uma hierarquia aparente, inclusive nas tarefas domésticas:

Mas é assim, uma hora eu cozinho, outra hora a A. cozinha, outra hora a R. cozinha, até o próprio genro também... aquele que estiver disponível vai fazer o trabalho, né. Se for lavar roupa, um lava de todos, nós não fazemos separação no trabalho. Nós é um grupo de família e nós somos unidos, glória a Deus. É a união que faz a força, nós lá dentro não tem separação. (Entrevista concedida pela Assentada 3. [maio, 2017]. Entrevistadora: Clariana Vilela Borzone. Três Lagoas, 2017)

Tudo o que ele faz dentro do lote, eu faço com ele. E todo o serviço que é pra eu fazer ele me ajuda também. É tudo dividido, porque se ele vai carpir eu vou junto, então quando chega a hora de esquentar janta e lavar o prato, acho que somos iguais, né? Ele é bem companheiro. (Entrevista concedida pela Assentada 4. [maio, 2017]. Entrevistadora: Clariana Vilela Borzone. Três Lagoas, 2017)

Portanto, considerando os relatos, uma das conclusões a que se chega é que a agricultura familiar camponesa vem gradativamente diminuindo as relações hierárquicas patriarcais dentro do assentamento em questão, no qual as mulheres cada vez mais assumem posições mais justas quando se trata da tomada de decisão dentro dos lotes.

Em relação à predominância feminina na Associação, uma questão levantada pela pesquisa é que, juntamente com o afastamento dos homens do assentamento em decorrência da proletarização, as mulheres acabaram por ocupar os espaços coletivos, além dos domésticos. Como a organização coletiva se faz necessária para acessar diversas políticas de crédito, a formação da associação se torna

fundamental para o êxito do assentamento. Podemos observar essa preocupação nos seguintes relatos:

(...) não tinha como acessar nada se não tivesse a associação. A gente tava perdendo recurso, tipo assim, pra conseguir um ponto na feira, se a gente tem uma associação, seria mais fácil. Então a gente montou a associação justamente pra isso, pra facilitar nossas coisas assim de comércio (...). (Entrevista concedida pela Assentada 2. [maio, 2017]. Entrevistadora: Clariana Vilela Borzone. Três Lagoas, 2017)

(...) quando foram entregar nosso sítio da reforma agrária, sempre os caras vinham dar palestra pra nós lá do INCRA, se nós não fizesse associação, nada viria pra nós. O nosso sorteio foi em 2009, ficamos um ano sem associação e nada vinha pra gente. Aí uma não queria, outra não queria, aí até que enfim foi onde nós criamos e que hoje temos todos esses benefícios, foi através da associação e tem até hoje. (Entrevista concedida pela Assentada 3. [maio, 2017]. Entrevistadora: Clariana Vilela Borzone. Três Lagoas, 2017)

Sendo assim, as mulheres estendem o cuidado do lar ao cuidado da comunidade, e assumem as responsabilidades para permitir sua permanência na terra. Outro fator que, segundo algumas entrevistadas, contribui para a grande participação política das mulheres no PA se dá graças ao fato de a maioria delas serem as principais titulares dos lotes. Através da portaria nº 981/2003 do INCRA, o mesmo incluiu a possibilidade dos Títulos de Domínio ou Contratos de Concessão serem outorgados em nome da mulher. E mais: isso deve ocorrer de forma obrigatória.

Em 2003, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) tornou obrigatória a titulação de terra em nome tanto da mulher quanto do homem, nos casos de casamento e união estável e-ou à mulher, na ausência do companheiro, ou ao homem, na ausência da companheira. (SEVERO, 2016 p. 56).

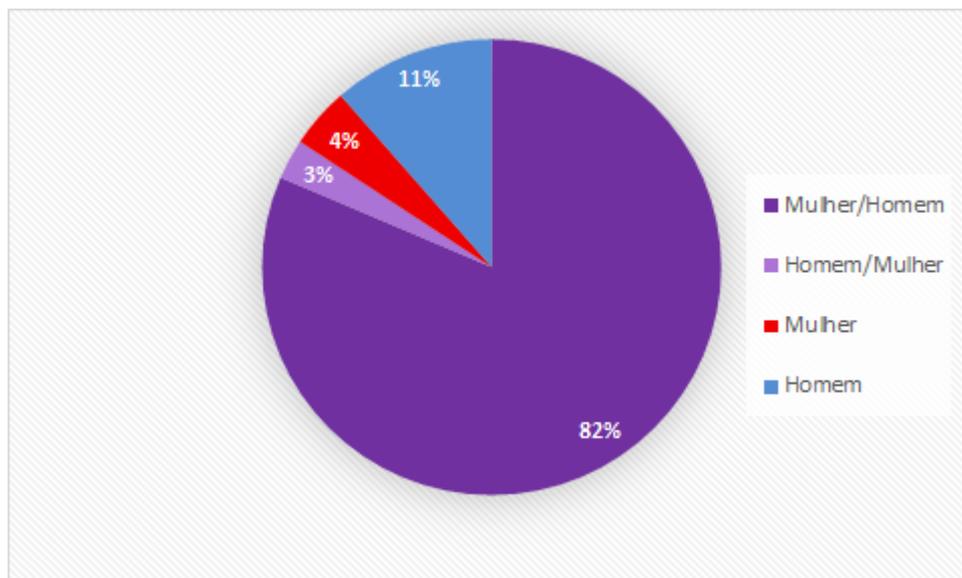
Essa busca por uma equidade de gênero no mundo camponês teve início com a Constituição de 1988, que no seu artigo 189 prevê a titulação conjunta de terra da reforma agrária (SEVERO, 2016). No entanto, não existia ainda uma obrigatoriedade, o que foi alterado com a portaria nº 981/2003 do INCRA. Além disso, o Código Civil de 2002 “sofreu alteração da chefia compartilhada e (...) as

mulheres passaram a ter o direito de se cadastrarem na Reforma Agrária e de serem reconhecidas também como chefes de família e provedoras do lar” (SEVERO, 2016, p. 56).

Régis (2012), em reportagem para o site Tribuna do Norte, afirma que quase 50% da população brasileira titular de terras procedentes de reforma agrária é do sexo feminino. O autor evidencia dados do INCRA que apontam que as mulheres representam mais de 48% do total dos beneficiários entre os anos de 2008 e 2010. Antigamente, até o começo dos anos 2000, esse número era de apenas 13%. O jornalista acredita que medidas jurídicas como essa asseguram a participação das mulheres, uma vez que não leva em consideração o seu estado civil e reconhece a existência de chefes de família do sexo feminino, elevando o índice de atuação em aproximadamente quatro vezes.

Na Figura 2, é possível observar a predominância da titulação conjunta, com o nome da mulher constando em primeiro lugar, com 82% dos lotes nessa configuração.

Figura 2. Titularidade dos lotes do PA 20 de Março, por gênero.



Fonte: DTI/INCRA, 2016. Org.: BORZONE, C. V., 2017.

Nos depoimentos também transparecem o entendimento de que para que haja mudanças, melhorias e para que os direitos sejam efetivados, é necessário atuar ativamente. Notou-se grande preocupação com o bem-estar coletivo, através de falas referentes à “ajuda”: as mulheres participam porque veem a importância da sua participação para o crescimento e a consolidação do Assentamento. Quando questionadas sobre o que as levou a participar da Associação, algumas das respostas foram:

Foi mesmo a luta aqui, de a gente saber que se a gente não se unir a gente não vai conseguir nunca alcançar nossos objetivos, porque eu imagino assim: nós mulheres crescemos pra ser donas de casa, fomos educadas pra isso, até a minha geração, eu fui criada pela minha vó, fomos educadas pra ser dona de casa! Lavar, passar, cozinhar, cuidar dos filhos do marido e acabou! Mas não é esse nosso sonho, ninguém nunca perguntou pra gente se era isso que a gente queria. Foi alguma coisa imposta a nós, né? E não é isso que a gente quer. A gente quer fazer parte do mundo, a gente quer trabalhar fora, a gente quer conhecer novos horizontes, a gente quer mesmo ir pra luta, né? (Entrevista concedida pela Assentada 4. [maio, 2017]. Entrevistadora: Clariana Vilela Borzone. Três Lagoas, 2017)

Pra ajudar, porque hoje em dia lá, não é assim todo mundo que tem tempo. Assim, eu não tenho muito tempo também, mas eu acho que cada um tem que dar um pouquinho de si, cada um tem que ajudar um pouquinho, então tá tendo um rodízio. Sempre foi, teve a primeira associação, teve a segunda, e agora falei assim “ah, vamos ajudar também, né?”. Se cada um fizer um pouquinho né, a gente juntando todo mundo, já é um monte. (Entrevista concedida pela Assentada 5. [maio, 2017]. Entrevistadoras: Clariana Vilela Borzone, Gabriela Medeiros. Três Lagoas, 2017)

Observando a composição das três gestões da Associação, que existe há sete anos, pode-se notar uma grande predominância das mulheres, principalmente nos cargos de maior responsabilidade. Cada gestão tem mandato de três anos, e é composta por 12 membras/os. As duas primeiras tinham mulheres na Presidência, e nas três gestões, o cargo de Tesouraria é cumprido por mulheres, o que é notável, considerando que a função de gerir as economias é culturalmente atribuída a homens.

Vale ressaltar também que uma das assentadas concorreu ao cargo de Vereadora do município de Três Lagoas nas últimas eleições diretas, em 2016, sendo a única representante da agricultura familiar camponesa entre as/os demais candidatas/os. Tal fato reforça nossa percepção do protagonismo dessas mulheres, cujo espaço de atuação política perpassa os limites do assentamento, alcançando até mesmo os órgãos municipais de representação civil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível apreender que foram os caminhos traçados pelas mulheres do PA 20 de Março que permitiram sua grande participação política, dentro e fora do assentamento, assim como dentro e fora de seus espaços domésticos/privados. E que os ganhos que elas conquistam para si e para a comunidade contribuem para a autonomia delas e do conjunto do assentamento. Entende-se a importância e contribuição dos avanços na legislação brasileira, que oferecem respaldo para que os espaços decisórios sejam também ocupados por mulheres, permitindo uma representação um pouco mais justa e igualitária. Certamente, ainda há muito a se avançar, principalmente no momento presente, em que os direitos das mulheres têm sofrido regressões severas, juntamente com outras perdas populares de direitos.

Portanto, compreende-se que por mais que a igualdade formal não venha obrigatoriamente acompanhada de uma igualdade real de direitos, é parte importante do trajeto para a equidade de gêneros. Para as mulheres que lutam pela terra, os desafios contra as estruturas dominantes de poder são duplicados, pois as desigualdades de gênero combinam-se com as dificuldades do acesso e permanência na terra. No entanto, para as mulheres do PA 20 de Março, esses desafios não são maiores que suas trajetórias de luta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. *Identidade, distinção e territorialização: O processo de (re)criação camponesa em Mato Grosso do Sul*. 2003. 390p. Tese (Pós-Graduação em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Presidente Prudente.

FERRÉ, Mireia Baylina. Metodología para el estudio de las mujeres y la sociedad rural. *Estudios Geográficos*, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, España, v. 65, n. 254, p. 5 - 28, 2004.

INCRA. Portaria n. 981, de 02 de outubro de 2003. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=185200>>. Acesso em: 22 de maio de 2016.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política*. 1 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

NARDOQUE, Sedeval. A relação campo-cidade: Abordagem sob o prisma da questão agrária. In: SPOSITO, E.; SILVA, C.; NETO, J.; MELAZZO, E. *A diversidade da Geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016. p. 255-286.

RÉGIS, Alex. *Mulheres avançam como titulares de terra no campo*. Tribuna do Norte. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/mulheres-avancam-como-titulares-de-terra-no-campo/220014>>. Acesso em: 24 de maio de 2016.

SEVERO, Mirian Jaqueline Toledo Sena. Mulheres assentadas: novas práticas em busca de transformações sociais. In: MENEGAT, Alzira Salette. *Leituras sobre Mulheres: o fazer e o refazer de caminhos*. Dourados: Ed. UFGD, 2016. p. 47-81.

SORJ, Bila. O feminismo da encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: COSTA, A. de O.; BRUSCHINI, C. (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro : Rosa dos Tempos; São Paulo : Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 15 - 23. ISBN 85-85363-42-8.

Recebido em: 05/03/2018

Aceito para publicação em: 23/04/2018